

Ministério Público atua com excesso de denunciismo, considera Haroldo Cardella



Para o campineiro Haroldo Cardella, os jovens advogados têm que procurar uma especialização para que possam gostar e ter sucesso na vida profissional: "não adianta querer ser generalista"

Thiago Rovêdo
thiago.rovêdo@rac.com.br

ENTREVISTA

Crimes do colarinho branco abrem mercado ao Direito no país, diz Haroldo Cardella

Especializado nas áreas Processual e Penal, advogado campineiro foi um dos primeiros profissionais da cidade a se dedicar a esse ramo da advocacia

A tipificação dos crimes de colarinho branco, aliada a uma gama de denúncias realizadas rotineiramente, fizeram crescer o mercado do direito empresarial no Brasil. Esta é a avaliação do advogado especialista na área, Haroldo Francisco Paranhos Cardella, que visitou o presidente-executivo do Correio Popular, Italo Hamilton Barioni na última semana. Para o advogado, uma boa especialização no tema pode abrir um promissor mercado para os jovens formados em Direito.

Na entrevista que concedeu ao Correio, Cardella falou sobre diferentes aspectos relacionados ao passado e ao futuro da profissão e sobre como notou que uma especialização em uma área específica poderia lhe render clientes. Como passou boa parte da vida dando aulas em faculdades e cursinhos, o advogado diz que sempre orientou os alunos a escolherem uma área e se especializarem nela, o que fará com que nunca queiram trocar de emprego.

Cardella Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), especialização em Direito Processual e Penal pela Universidade São Francisco, de Itatiba, e especialização em Direito Penal pela mesma instituição. Atualmente, é sócio-proprietário da Advocacia Haroldo Cardella e Advogados Associados. A seguir, os principais pontos da entrevista.

O senhor sempre fala sobre Campinas. Conte um pouco da sua infância na cidade.

Meus pais são campineiros e eu nasci aqui, portanto me considero um campineiro da gema. Lógico que estamos falando de 40 ou 45 anos atrás. Era uma infância que permitia que andássemos na rua a pé. A gente saía ali pelas ruas do Guanabara, onde eu morava. Estudei no Culto à Ciência e depois fui para o Benedito Sampaio. A minha vida escolar foi sempre nestas duas escolas. Eu peguei os áureos tempos da educação pública. O Culto à Ciência era um símbolo da educação de Campinas, seja em relação ao ensino ou à formação do caráter dos alunos. Enfim, minha infância em Campinas ofereceu possibilidades de brincadeiras nas ruas, porque na época meu bairro era muito residencial, fato que mudou bastante nos dias de hoje, pois se tornou mais comercial. Lembro que, bem cedo, com 14 anos, eu ajudei a criar uma torcida organizada só com os colegas do Guarani. Vivi uma juventude muito saudável, não tinha problemas com drogas, no máximo uma cerveja já com 16 ou 17 anos. Eu espero isso para minha filha, que é adolescente, e luto para que ela seja muito feliz.

Nesta época, o Direito já surgiu como possibilidade de carreira?

Eu tinha dentro da minha casa um exemplo. Meu pai já era um advogado criminalista conhecido e desde menino eu acompanhava os trabalhos dele. Eu ia assistir os julgamentos, porque ele era um dos principais advogados da cidade nessa área. Naquela oportunidade, eu também ficava de olho nos processos físicos, porque eram crimes que demandavam perícia, com exames na vítima e do local do crime. Eu esperava meu pai chegar para poder olhar os fatos. Eu já tinha ali um gosto por aquilo, pela emoção. Sinais que mostravam minha vocação para o Direito. Eu estou falando de quando tinha 15 anos. Eu tive o privilégio de aprender com meu pai, que morreu muito cedo, com 62 anos. Eu gostava muito das questões do Direito e meu pai ainda era presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Até nestas eleições da entidade eu participava, entregando panfleto, colocando cavaletes e outras coisas. Quanto à política partidária, eu nunca fui muito chegado, mas dessa política da Ordem eu gostava e partici-



Cardella também atuou como delegado de polícia e como professor de Direito

pava bastante.

Como o senhor começou o estudo na área do Direito?

Eu ingressei na PUC-Campinas em 1986, uma faculdade na qual meu pai tinha estudado, ainda nas primeiras turmas. Eu só prestei PUC, porque eu queria ficar. Eu sou mesmo enraizado nesta cidade. Tive professores maravilhosos e me formei em 1990. Eu tive um problema muito sério, porque entrei na faculdade sob a égide da Constituição de 67. No meio do curso, tivemos a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Então, chego ao terceiro ano e acontece essa mudança. Imagina a situação de um jovem ter conhecido uma legislação com seus encartes ditatoriais e, do dia para noite, vem uma Constituição cidadã, com 250 artigos? Enfim, isso foi muito difícil. Isso modificava não só o estudo, mas tinha relação com as leis e seu conhecimento. Foi muito difícil não somente para os alunos, mas para os professores também. Fomos um pouco autodidatas nesse sentido

e também tivemos um estudo redobrado. Alguns livros, do dia para a noite, se tornaram obsoletos, porque já não fazia o menor sentido guardar. A verdade é que tivemos que nos virar e por isso foi um momento muito marcante em nossa formação.

Como o senhor começou a trabalhar com o Direito?

Eu fiz estágio com o meu pai antes de me formar. Antigamente, nós tínhamos as audiências no antigo Palácio da Justiça, e ali era muito gostoso. Ali foi formada a chamada "família forense". Juizes, advogados e promotores formavam mesmo uma família, o que mudou hoje em dia. No final do ano, era organizada uma festa e todos iam acompanhados das famílias. Chegamos a reunir 1.500 pessoas. Cada um cumpria seu papel no trabalho, defendendo seus interesses. O restaurante Rosário era praticamente um lugar de advogados. Nesse período de glória do Centro da cidade, eu fui estagiário do meu pai. Eu convivi no momento mais gostoso dos áu-



No meio do curso, tivemos a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Então, chego ao terceiro ano e acontece essa mudança. Imagina a situação de um jovem ter conhecido uma legislação com seus encartes ditatoriais e, do dia para noite, vem uma Constituição cidadã, com 250 artigos?

reos tempos da família forense. Tínhamos dificuldades, porque a tecnologia não era igual à atual. Tínhamos que sair do fórum com aquele monte de pacote de processos, abrir aquelas gavetas. Eu me lembro de uma vez, quando estava saindo do tribunal, com aquela pinta de estagiário, quando cai e fui parar no último degrau, espalhando papel pela praça toda.

O senhor teve uma passagem como delegado da Polícia Civil. Como isso aconteceu?

Eu me formei e naquele momento mudou tudo. Me deu uns cinco minutos e pensei: estou com 20 poucos anos, quero prestar um concurso público, mas como não quero ser juiz e nem promotor. Quero ser delegado de polícia. Minha mãe ficou chateada, porque temia pela minha segurança. Enfim, segui com a ideia, passei no concurso, fui para a Polícia Civil e fui trabalhar na delegacia de Pedreira. Do dia para a noite, virei diretor de cadeia, que tinha uns 50 presos. Lá, eu acabei me destacando, porque eu participava de programas de rádio, dava entrevista, comparecia aos eventos. Foi um lugar que me cativou e eu gostava de participar da vida social. Eu conhecia todo mundo da cidade, por isso fiquei um bom período. Então, houve um remanejamento e fui transferido para Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Naquela época, eu fazia minha pós-graduação e comeci a procurar uma oportunidade para dar aula. Eu precisava reforçar meu salário como delegado. Minha vida acadêmica, que durou uns 25 anos, começou em Espírito Santo do Pinhal. Cheguei a ser coordenador da faculdade, que ficou em sexto lugar no ranking da OAB. Também montei um cursinho e assumi aulas em outras duas faculdades. Decidi sair da polícia depois de dois anos e meio como delegado. Eu achava o Estado um patrão ruim, mas eu aprendi demais com a polícia e conheci políticos ótimos.



No Brasil, se usa o Direito Penal para tudo, e o Ministério Público virou um cobrador de luxo, pressionando o empresário com ameaças da restrição de liberdade ou perda do patrimônio

ENTREVISTA

Cardella vê 'denuncismo' excessivo por parte do MP

Advogado cita como exemplo algumas ações da Operação Lava Jato

Como acontece o retorno para a advocacia?

Como eu disse, sempre estive ligado ao Direito, acompanhando meu pai. Também havia uma questão da vocação. Acho que fui um bom delegado, mas quando eu deixo a polícia, eu não me dedico ao Direito Penal. Meu pai sempre foi um advogado criminal raiz, de tribuna do júri, dos crimes comuns. Isso não significa que era ruim, só estou dizendo que era uma área a se atuar. Por volta de 1996, houve uma exploração de legislação nova, chamada de leis extravagantes, de caráter penal. Ela tinha o objetivo de atingir o empresário. Até então, só a pessoa física cometia crimes e não uma pessoa jurídica, mesmo a Constituição Federal já prevendo isso. Um exemplo que posso citar são os crimes ambientais. Começou a exposição e exploração dos chamados crimes do colarinho branco. Nesta época, fui me aperfeiçoar e deixei de lado o que meu pai fazia. É nesta época que começa um novo ramo e eu me considero um visionário, porque comecei pequeno, sendo um dos primeiros em Campinas que atuavam na área, exclusivamente penal empresarial. Tem muita demanda, porque o empresário acabada sendo tratado como criminoso em crimes tributários, de consumo e de propriedade. Hoje, 99% dos casos do meu escritório são dessa área.

Como o senhor analisa essa sua mudança de área?

Nós entramos nessa área em 1996 até a Lava Jato, com um denunciamento sem limite por parte do Ministério Público. Ao mesmo tempo, eu conheci mais gente e intensifiquei novos lugares para dar aula. Ali meus relacionamentos cresceram, porque descobri que as grandes bancas de advocacia empresariais não têm o advogado criminal, porque é uma área muito sensível, muito específica, quase artesanal. O meu escritório conta com seis profissionais, número que não pode ser ultrapassado. O cliente quer o olho no olho, porque não existe um caso igual ao outro no meu escritório. Cada caso é um drama humano. Eu acho que minha maior motivação é isso. As pessoas depositam a confiança, a liberdade e a própria vida em mim. Assumir a defesa de alguém, da família, da liberdade, do patrimônio é o que me levou para essa área e o que me faz acordar todos os dias com vontade de trabalhar. Essa história de fazer o que se gosta é muito relativa, porque nesse caso eu ia querer sentar na praia e comer camarão. A gente precisa aprender bem o que está fazendo e com isso vamos passar a gostar do que estamos fazendo.

Como o senhor avalia esse denunciamento que citou?

O denunciamento me levou para essa área e por uma questão positiva ao mercado. Eram muitos casos acontecendo e o Direito Criminal não atendia. Quando eu vou fazer uma defesa de um crime tributário, eu também preciso entender de Direito Tributário e não só de Direito Penal. Se a questão é sobre um imposto, eu preciso saber sobre esse imposto. Coisa que meu pai, por exemplo, não iria conseguir. Eu, ao contrário do meu pai, fiz apenas quatro júris na minha vida toda e essa nova área apareceu também como um negócio. Crimes contra a vida costumam ser cometidos por pessoas de baixa renda, apesar eu não ter estatística. Esses casos ficam para a defensoria pública e não chega até a gente. No Brasil, se usa o Direito Penal para tudo, e o Ministério Público virou um cobrador de luxo, pressionando o empresário com ameaças da restrição de liberdade ou perda do patrimônio, por exemplo. No Brasil, as leis penais são perfeitadas, mesmo sendo antigas, mas insistem em criar crimes novos. Com essa infla-



Entre as atividades que pratica para relaxar, Haroldo Cardella destaca as viagens que faz, principalmente nas quais está acompanhado da família



Filho do também advogado Júlio Cardella, Haroldo Cardella tomou contato com as rotinas do Direito na infância e adolescência

ção legislativa do crime do colarinho branco e com o denunciamento, que chega até a Lava Jato, descobriu-se um filão da advocacia criminal, mas é preciso estar preparado. Por exemplo, em crimes contra o consumidor. Então, preciso entender do assunto, realizar perícias e etc. São tantas as atividades na carreira que exerce, que eu passaria muito tempo aqui só citando os detalhes ou os crimes que podem ocorrer.

E como o senhor vê sua área de atuação hoje?

Intensifiquei meu relacionamento com

grandes escritórios e, fazendo parcerias, passei a atuar com clientes deles. Eu acredito que a advocacia deve viver de parceria, porque ninguém é obrigado a saber tudo. E arrisco a dizer mais uma coisa. Os grandes escritórios estão perdendo clientes. Você chega a um ambiente desses, e existem dezenas ou centenas de advogados, mas as pessoas querem conversar, olhar no olho, sentir confiança, porque é a vida dela, a liberdade dela, o patrimônio dela que está em jogo. Hoje, o cliente quer uma relação muito mais próxima, por isso não se contrata escritório por nome, salvo exceções. Voltando então ao Direi-

to Penal, este é um ramo que não posso mesmo terceirizar o trabalho. Há coisas confidenciais que não posso sair abrindo para um grupo de dez ou vinte pessoas. Por isso meu escritório é menor e consegue fazer essa restrição se tornar muito mais pessoal.

O senhor entende que o futuro do Direito são as áreas especializadas?

Eu acredito que o mercado do Brasil está muito aberto e tem muita área de conhecimento, mas a pessoa tem que se especializar. Sempre falo para os meus alunos que não adianta querer ser generalista. Eu cito que um advogado de contratos vai se dar muito bem, mas focando nisso. Não adianta querer fazer contratos, família e etc. No meu escritório chegam diversos casos bons, de crimes comuns, mas eu não vou pegar. Eu não posso mudar meu foco, que é a atividade empresarial, porque senão, amanhã, não serei reconhecido por isso.

Para finalizar, qual seu hobby preferido nas horas de lazer?

Eu tenho algumas quatro de lazer preferidas. A primeira delas é passear com meu carro, um Mp Laker. É um carro que eu costumo usar aos finais de semana, viajo com minha filha, enfim, ele é considerado um dos carros mais bonitos do Brasil. Mas pego meu boné, no sábado, e saio para passear. O mais agradável é o churrasco e não é só pela carne. É por todo ritual, que é receber pessoas, fazer as carnes, saber que não tem hora para acabar. Recebo as pessoas na minha casa, amigos e amigas, para assar carne, comer, beber uma cerveja e um chopp e jogar pado para o ar.

Eu não sou um tomador de vinho, mas sou de chope. Todo mundo acha que só quem bebe vinho é estudado, mas eu também fui estudar para tomar chope. A chopeira de casa é com nitrogênio, que sai um creme ótimo. O copo tem que ser a tulipa fininha, que está sempre no gelo. Tem que retirar no ângulo perfeito. Quando o pessoal fala que sou chato, eu falo que chato é o tomador de vinho. Meus amigos sempre dão risada disso. Eu brinco que sou fresco com o chope. Por fim, as viagens. Eu amo muito viajar, estive na Alemanha há um tempo. Já conheci muitos países, já viajei muito e posso dizer que Noruega e Islândia foram os dois países que mais gostei na vida.



Haroldo Cardella considera que as leis penais brasileiras, a despeito de serem antigas, são boas: "mas que existe uma inflação legislativa no país, que insiste em criar novos crimes"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5